



Assunto: Cessação de restrição à mobilidade dos profissionais de saúde dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde do setor público, privado e social da RAM

Para: Estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde dos setores, público, privado e social na Região Aut noma da Madeira

Considerando a emergência de saúde pública de âmbito internacional declarada pela Organiza o Mundial de Saúde (OMS) no dia 30 de janeiro de 2020, motivada pela doença infecciosa COVID-19 causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), classificada pela OMS como pandemia no dia 11 de março de 2020;

Considerando que a evolução da situação epidemiológica da COVID-19 em Portugal motivou a declaração do estado de emergência, por intermédio do Decreto do Presidente da República n.é 14 -A/2020, de 18 de março, sucessivamente renovada pelos Decretos do Presidente da República n. s 17-A/2020, de 2 de abril, e 20-A/2020, de 17 de abril, e a subsequente adoç o de medidas normativas e administrativas, excecionais e urgentes, para reprimir e combater a condiç o de calamidade pública;

Considerando que na proced ncia do Decreto do Presidente da República n.é 20-A/2020, de 17 de abril, a declaração do estado de emergência, cessou às 23:59 horas, do dia 2 de maio de 2020, e que foi declarada a situação de calamidade pública, através da Resolução do Conselho de Ministros n.é 33-A/2020, de 30 de abril, na Região Aut noma, consubstanciada na Resolução n.é 272/2020, de 30 de abril, do Conselho de Governo, publicada no JORAM, I Série, n.é 80, de 30 de abril de 2020;

Considerando que por intermédio da Circular Normativa 12/a2020, de 29 de março, aditada pela Circular Normativa 17/2020, de 23 de abril, retificada pela Circular Normativa 18/2020, de 24 de abril, deste Instituto Público, foram estabelecidas novas regras de mobilidade para profissionais de saúde dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde dos setores público, privado e social, na Região Aut noma da Madeira, determinando-se que todos os profissionais de saúde apenas podiam exercer a sua atividade num único estabelecimento prestador de cuidados de saúde, seja do setor público, privado ou social, por forma a prevenir e conter a propagação do contágio pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2) entre estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde;

Considerando especialmente que, num cenário em permanente monitorização da situação epidemiológica na Região, e corolário das medidas atempadas, preventivas e restritivas materializadas pelo Governo Regional e as autoridades de saúde, destacando-se a obrigatoriedade de uso de proteção individual dentre outras, a





REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL
INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE, IP-RAM

pandemia COVID-19 na Região Autónoma da Madeira tem patenteado uma evolução deveras favorável e estável, encontrando-se ora controlada, tendo-se registado um número crescente de casos recuperados e de dias sem novos casos de manifestação da doença; desta forma impondo-se ajustar e atualizar as medidas excecionais e temporárias de resposta preventiva e de combate à pandemia, de molde a salvaguardar concomitantemente, a saúde e o superior interesse público da população na Região Autónoma.

Nestes termos, ao abrigo das disposições conjugadas dos n.ºs 1, 2, e das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 135/2013, de 4 de outubro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2013/M, de 19 de fevereiro, da alínea y) do n.º 2 do art.º 3.º, e do n.º 3 do art.º 5.º, ambos do Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M, de 23 de junho, na redação do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2012/M, de 9 de julho, determina-se o seguinte:

1 – Proceder à cessação da restrição à mobilidade de profissionais de saúde, entre estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde dos setores público, privado ou social, na Região Autónoma da Madeira, com exceção dos profissionais dos lares e das Unidades de Internamento de Longa Duração da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, para os quais se mantém a interdição imposta pela Circular Normativa 12/a2020, de 29 de março, aditada pela Circular Normativa 17/2020, de 23 de abril, retificada pela Circular Normativa 18/2020, de 24 de abril, deste Instituto Público.

2 – A presente Circular Normativa produz efeitos, a partir de 8 de maio de 2020.

O Presidente do Conselho Diretivo

Herberto Jesus

